



## **A EJA EM UMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA: Extrapolando as prescrições da BNCC**

**Prof. Me. Anderson Silva Santos**  
(E.M.E.B. Rotary)  
(santos.andersonsilva.02@gmail.com)  
**Prof. Me. Lucas Silva dos Santos**  
(UNICID)  
(lucascachoeiraprofessor@gmail.com)

### **1 INTRODUÇÃO**

A pesquisa que gerou o presente trabalho surgiu como fruto das minhas inquietações como professor em uma turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em que percebi o quanto, não obstante a diversidade e a riqueza das experiências de vida de seu público, especialmente das mulheres negras, esses sujeitos ainda têm suas trajetórias e saberes invisibilizados principalmente no ensino dito “regular”.

No que tange à minha prática docente, ao longo dos anos, tenho percebido que a tentativa de alinhamento do trabalho realizado na/com a EJA e as orientações que constam na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), como sugere o Parecer CNE nº 01/2021 (Brasil, 2021), não tem gerado resultados satisfatórios. Visto que a referida modalidade educacional não é sequer mencionada, bem como, as diversidades presentes em nosso contexto nacional parecem não ter sido consideradas no processo de elaboração do documento supracitado. Sendo assim, evidencia-se a necessidade de que pensemos práticas e currículos que sejam capazes de extrapolar as ditas prescrições e promover uma educação verdadeiramente emancipatória para os sujeitos da EJA. Nesta direção, Souza e Santos (2020, p. 121-122) argumentam que: “Não há como alcançar uma educação propulsora de mudanças se tomarmos cenários para contextualização do processo educativo descolados da realidade dos sujeitos”.

Na medida em que se compreende que, diferente da modalidade de ensino regular, a Educação de Jovens e Adultos não está claramente vinculada à BNCC, reconhece-se o quanto isto provoca lacunas no planejamento educacional e compromete a construção de programas



que dialoguem com a diversidade de estudantes jovens, adultos e idosos, especialmente aqueles que carregam consigo marcas de opressão e silenciamento, como as mulheres negras. Corroborando com este entendimento, Gadotti (2008) e Arroyo (2017) afirmam que a EJA deve ser pensada segundo suas especificidades e não apenas como uma extensão do que é prescrito nos documentos da base. Arroyo (2017) destaca que a EJA exige que dialoguemos diretamente com a realidade de seus educandos, e Gadotti (2008) reforça que esta modalidade deve ser considerada um espaço de libertação, em que a educação crítica e o reconhecimento da identidade dos sujeitos são protagonistas desse processo. A compreensão de sujeito defendida neste estudo fundamenta-se em Charlot (2001, p. 33) quando afirma que:

Ao se falar de sujeito tratamos de um ser **humano**, aberto a um mundo, portador de desejos, movido por esses desejos, em relação com outros seres humanos (também sujeitos); um **ser social** que nasce e cresce em uma família (ou em um substituto de família), que ocupa uma posição em um espaço social, que está inscrito em relações sociais; e ainda um ser singular, exemplar único da espécie humana, que tem uma história, e que interpreta o mundo, dá um sentido a esse mundo, à posição que ocupa nele, às relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade.

Assim, esta pesquisa busca fortalecer a compreensão de que a BNCC, na medida em que não contempla as especificidades, demandas e necessidades formativas dos sujeitos da EJA, confere limitações para que se possa desenvolver práticas verdadeiramente emancipatórias neste contexto. De modo que torna-se importante e necessário adotar uma perspectiva crítica que se volte para o reconhecimento dos saberes e das necessidades dos estudantes, especialmente das mulheres negras, de maneira a fomentar as formações indentitárias desses sujeitos.

## 2 OBJETIVOS

Analisar como práticas pedagógicas emancipatórias, que extrapolam as prescrições da BNCC, podem fomentar a construção e o fortalecimento das identidades de mulheres negras no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

### Objetivos específicos:

- Desenvolver práticas pedagógicas emancipatórias que valorizem as histórias, vivências e culturas das estudantes negras;



- Avaliar o impacto dessas práticas no processo de formação identitária dessas educandas;
- Contribuir para a reflexão de um referencial pedagógico que ultrapasse o currículo formal e atenda às necessidades da EJA, considerando a realidade das estudantes negras.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo pode ser considerado como de natureza qualitativa, uma vez que está fundamentado em dados descritivos, privilegiando a compreensão da situação investigada e as concepções dos sujeitos participantes (Lüdke; André, 2018). Além disso, fez-se opção pelo deenvolvimento de pesquisa-ação em função de sua capacidade de gerar intervenções que permitam um diálogo contínuo entre teoria e prática, visando tanto a transformação social quanto a reflexão sobre o processo educativo (Thiollent, 2011). Os dados foram coletados por meio de grupos focais, que reuniram os estudantes para discutir suas vidas e experiências educacionais, suas percepções sobre racismo e sexismo e o impacto das práticas de ensino adotadas. Os grupos de discussão, como argumentam Bauer e Gaskell (2002), proporcionam um ambiente colaborativo para o compartilhamento de experiências, além de fornecerem *insights* sobre a dinâmica social e cultural que permeia a vida das educandas.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo sugerem que as aproximações com a BNCC são insuficientes para atender às necessidades específicas das turmas de EJA, particularmente no que diz respeito à valorização da identidade feminina negra. As práticas críticas de ensino provaram ser relevantes porque favorecem a criação de um ambiente de sensibilização e capacitação para as educandas. Nos grupos focais, uma das questões recorrentes foi a percepção de que as mulheres negras são sempre negligenciadas e subvalorizadas em outros ambientes sociais, inclusive nas escolas. A fala de uma participante expressa essa ideia: “Nossa dor parece não importar” (Entrevistada 1). Isso ecoa a afirmação de outra aluna que disse: “Estamos infelizes e ninguém parece nos ouvir direito quando pedimos ajuda” (Entrevistada 5). Essas afirmações refletem a falta de um currículo que dialogue com as experiências das mulheres negras, o que também se reflete nas práticas escolares tradicionais que não abordam adequadamente essas questões.



Além disso, a violência contra as mulheres negras foi um tema central nas discussões dos grupos focais, como observou uma entrevistada: “A violência não é só no corpo da gente; tem gente que magoa a gente” (Entrevistada 3). Esse tipo de discussão é fundamental para a educação que visa o empoderamento das mulheres negras, mas muitas vezes é esquecida nas prescrições da BNCC. A exclusão de temas como racismo e violência de gênero dentro de um currículo regular reflete essas restrições que, por sua vez, não se aproximam com a diversidade dos sujeitos da sala de aula da EJA.

Outro aspecto problematizado nos grupos focais foram as dificuldades que as mulheres negras enfrentam no acesso à educação e ao trabalho, conforme pode ser percebido no trecho a seguir: “A gente não tem tanto dinheiro por que não trabalha em coisa boa. Pois a gente não estudou.” (Entrevistada 1). Além disso, também foi ressaltado que o acúmulo de responsabilidades como cuidar dos filhos e tarefas domésticas muitas vezes dificulta a continuidade dos estudos: “ eu tenho muitos filhos e meu marido que trabalha. Sendo assim, preciso cuidar da casa. Às vezes não tenho nem tempo de fazer o dever aqui da escola.” (Entrevistada 4). Essas barreiras estruturais, diretamente relacionadas ao racismo e ao machismo, destacam a necessidade de práticas docentes que transcendam as restrições da BNCC e construam currículos que falem com as condições de vida real dessas educandas.

. Apesar das dificuldades, as evidências mostram que a EJA tem se constituído um espaço importante para a garantia do acesso dos estudantes à educação e, portanto, a novas oportunidades. A respeito disso, uma das entrevistadas comentou: “ A escola é uma ajuda, né?! Eu não sabia nem escrever meu nome e hoje já sei.” (Entrevistada 2). Para essas mulheres, a EJA não é apenas um espaço de aprendizagem, mas uma oportunidade de reconstrução de suas trajetórias, espaços de socialização e incentivo. Reforçando-nos este entendimento tem-se o comentário de uma das participantes do grupo focal: “ Eu tó aqui no EJA como maneira de mudar minha vida.” (Entrevistada 5). Esses relatos apontam para o relevante papel da EJA como espaço de fomento de identidades silenciadas.

Assim, as falas das entrevistadas nos ajudam a entender o quadro de violências sofridas contra os corpos de mulheres negras, ainda silenciado em muitos contextos, conforme argumentam Nascimento e Santos (2018, p. 71): “os corpos das mulheres negras continuam



sendo os mais suscetíveis a serem violentados e assassinados”. Além disso, o acesso à educação e trabalho é prejudicado pela falta de recursos e apoio, refletindo o legado do pós-abolição (NUNES, 2018). Em outras falas, foi possível também identificar que a EJA representa um espaço de transformação de certas narrativas e da possibilidade de exercerem um protagonismo que está para além dos muros da escola. Nesta mesma direção, Fernandes et al. (2016) confirmam que a EJA permite que mulheres negras assumam autonomia em espaços antes inacessíveis.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo ressalta a necessidade de (re)pensar criticamente os modos como tem se entendido o alinhamento da EJA à proposta da BNCC, uma vez que o referido documento notadamente não contempla as especificidades dessa modalidade, especialmente no tocante às necessidades das mulheres negras. Para promover inclusão e transformação, é essencial adaptar as práticas pedagógicas às realidades dos sujeitos da sala de aula, tornando-se imperioso extrapolar o que está previsto no currículo oficial.

Diante dos resultados apresentados também foi possível depreender que a EJA, concebida em uma perspectiva emancipatória, pode fortalecer a autoestima e de mulheres negras, permitindo que se reconheçam dentro desse processo como protagonistas de suas histórias. Assim, a educação torna-se um instrumento de libertação, conforme a visão de Freire (1996). Portanto, temos defendido a importância de que seja superada a ideia de que a EJA deva seguir rigidamente a BNCC. Ao invés disso, deve ser compreendida como um espaço flexível que responde às vivências dos seus educandos(as), em sua maioria, sujeitos socialmente marginalizados.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. **A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: Imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2017.



BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer nº 01/2021, de 25 de maio de 2021. Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. **Diário Oficial da União**, MEC/CNE, Brasília, 26 mai. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso\\_informacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf). Acesso em: 21 set. 2024.

CHARLOT, B. (Org.) **Os jovens e o saber: perspectivas mundiais**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERNANDES, C. R.; SANTOS, R. V.; OLIVEIRA, A. P. **Autonomia feminina e a Educação de Jovens e Adultos: Uma análise crítica**. São Paulo: Cortez, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Educação popular na prática educativa**. São Paulo: Cortez, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ª ed. São Paulo: E.P.U., 2018.

NASCIMENTO, A.; SANTOS, L. **Corpos negros e violências: Uma análise contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2018.

NUNES, L. M. **Pós-abolição e desigualdade racial no Brasil: Reflexões históricas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

SOUZA, E. S.; SANTOS, M. M. C. dos. **Formação de professores da EJA que atuam na socioeducação com privação de liberdade**. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 05, ed. 08, vol. 08, p. 103-124, ago. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/privacao-de-liberdade>. Acesso em: 21 set. 2024.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.